

Rita Barreto de Sales Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo se propõe a abordar a fotografia como instrumento de recuperação da memória. Para tanto, faz um breve histórico acerca da fotografia, tece algumas considerações sobre essa invenção; estuda a memória sob os pontos de vista individual e social; aponta princípios éticos relacionados à História Oral. A intenção é demonstrar que a imagem pode ser um instrumento valioso na reconstrução da memória dos indivíduos, possibilitando, posteriormente, a criação de um documento que recupere uma parcela da memória social de um povo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imagem. História Oral. Memória.

### ABSTRACT

This article aims to address the photo as an instrument of memory recovery. To do so, it makes a brief history about the photo, it weaves some considerations about this fantastic invention; studies the memory under the individual and social points of view; it points ethical principles related to Oral History. The intent is to demonstrate that the image can be a valuable tool in rebuilding the memory of individuals, enabling the creation of a document that retrieves a portion of the social memory of a people.

**KEYWORDS:** Image. Oral History. Memory.

### Introdução

Cora Coralina já dizia com suas sábias palavras o que todos nós sabemos: “É preciso resguardar em tempo a memória de uma cidade para que nossos descendentes não se queixem de nós mais tarde”.

<sup>1</sup> Rita Barreto de Sales Oliveira/Universidad Iberoamericana. Licenciatura em Letras Plena – CEUB -1985. Mestrado em Ciência da Informação – UnB - 2008. Doutorado em Ciências da Educação – Universidad Americana - 2014. Pós-Doutorado em andamento – Universidad Iberoamericana. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/Quadra 6 Casa 18 Etapa D Valparaíso I Valparaíso de Goiás/55-61-3627-2861/ritabarretoss@yahoo.com.br.

Resguardar a memória de um povo, uma cidade é uma tarefa que pode ser desenvolvida de diferentes maneiras. Uma delas é por meio das fotografias. Cavalcante (2005) assevera que ao legitimar a fotografia como fonte histórica, faz-se obrigatório retomar a questão da postura que existe da investigação em relação a qualquer documento, sejam decretos, tratados, registros de arrendamento, publicações parlamentares, correspondência oficial, cartas, diários particulares e, atualmente, as fotografias: o que nos dizem estes documentos quando nos ocupamos deles? (p. 1777).

No entendimento de Gandara (2005), as fotografias explicadas como imagem/mensagem determinam a percepção de que existem outras maneiras de comunicação mais profundas e menos lembradas que as verbais.

Para Ortensi (2005) “fotografar, segundo a origem grega do termo, significa ‘escrever com a luz’ (do grego ‘phótos’ = luz; ‘graphos’ = escrita)”, e que a fotografia consiste na fixação em meio físico de uma imagem a partir dos raios luminosos que a compõem.

Segundo Kossoy (1989), a fotografia, uma das invenções nascidas na época da Revolução Industrial, possuiu um papel fundamental como portadora de informação e conhecimento, mostrando-se uma ferramenta de apoio à pesquisa nos mais variados círculos da ciência como forma de expressão artística. Inovação interessante, seu consumo crescente e ininterrupto induziu ao gradativo aperfeiçoamento das técnicas, mas foi nos Estados Unidos e nos grandes centros europeus que seu gasto aumentou, justificando inversões significativas de capital na indústria, nas pesquisas e na produção de equipamentos e materiais fotográficos. A grande acolhida da fotografia, principalmente a partir de 1860, favoreceu o nascimento de verdadeiros impérios industriais e comerciais.

Fotografar sempre traz à tona nossas emoções. A esse respeito Barthes (1989) comenta seu anseio à frente da máquina fotográfica: “Diante da objetiva sou ao mesmo tempo: aquele que me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exibir sua arte”.

Nessa linha de entendimento, Oliveira (2008, p. 20) afirma:

ao observarmos a fotografia de um evento vivenciado por nós, podemos lembrar dos detalhes daquele acontecimento, rememorar até mesmo coisas que não estão presentes na fotografia, recordar qual era a tonalidade exata da roupa que vestíamos, o perfume que usávamos, as pessoas com quem estivemos, as conversas que travamos. Podemos rir e chorar, tal é a força que a imagem exerce sobre as nossas emoções e os nossos sentimentos.

Já Kossoy (1989, p. 35-36), comenta que as fotografias “representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural”. Na visão de Brayner (2000), a questão imagética toma cada vez mais espaço nos debates das Ciências Humanas e Sociais, não se limitando apenas às imagens como fonte de pesquisa, mas como instrumento metodológico para a produção do saber.

Uma segunda maneira de resguardar a memória de um povo, de uma cidade é através de seu memorial. Benjamin (1987) assegura que, tranquilamente, os adivinhos que examinavam o tempo para saber o que ele abrigava em seu seio não o sentiam nem como vazio nem como homogêneo. Quem tem em mente esse acontecimento, poderá talvez ter uma ideia de como o tempo passado é vivido na rememoração: nem como vácuo, nem como homogêneo. Sabe-se que os judeus não podiam investigar o futuro. Contrariamente, a Torá e a prece se ensinam na rememoração. Para os

discípulos, esta recordação desencantava o futuro, ao qual sucumbiam os que questionavam os adivinhos. Porém, nem por isso o futuro se transformou para os judeus num tempo homogêneo e vazio, uma vez que neste cada segundo era a porta estreita pela qual podia adentrar o Messias.

Nessa esteira, Nishikawa (2005) explica que toda vez que observamos certa fotografia, acerca de determinada paisagem, automaticamente a imagem expressa, já existente na memória do observador, será modernizada, de modo que os elementos pictográficos não envelheçam como memória, mas se modernizem como referência.

Um pesquisador que se dedicou ao estudo da memória foi Halbwachs (1990), cujos estudos incluem a memória individual no meio social. Esse autor sofreu forte influência de Émile Durkheim, para quem mesmo a lembrança particular, individual lembra um grupo, um contexto com o qual o indivíduo interatua (DUVIGNAUD, 1990).

O conceito de Émile Durkheim é o fundamento para os estudos sobre a memória individual e os grupos sociais aos quais o indivíduo pertence. Para Halbwachs, nossa memória individual está saturada das memórias daqueles que nos rodeiam, de maneira que o nosso rememorar (reconstruir o passado) e as formas como percebemos e vemos o que nos cerca se formam a partir desse emaranhado de experiências alheias (OLIVEIRA, 2008).

Para Le Goff (1994), o século XVIII lança um papel decisivo no alargamento da memória coletiva, uma vez que os dicionários alcançam os seus limites nas enciclopédias de toda espécie que são publicadas, enquanto os mortos são esquecidos, sendo as sepulturas abandonadas à natureza com os cemitérios desertos e mal cuidados. Já no século XIX e no início do século XX ocorreram dois fenômenos que mudariam essa situação: a construção do monumento aos mortos e o

aparecimento da fotografia, a qual revoluciona a memória, multiplica-a e a democratiza, possibilitando a sua guarda no tempo e na evolução cronológica.

Nessa linha de pensamento, Barreto (2007) afirma que a memória trabalha sobre o tempo, entretanto sobre aquele experienciado pela cultura. Nela, o tempo passado é restaurado e revivenciado, o que traz um efeito restaurador, um clamor que permite a resignificação do sentido existencial, atualizando conteúdos sentidos. A memória costura, tece o passado no presente, arranjando tramas e enlaçando-se em novas probabilidades existenciais.

Citando o psicólogo britânico Frederic Bartlett, Callegaro (2007, p. 38) assevera que

a recuperação de uma lembrança não é literal e fidedigna como se fosse um filme. Na realidade, parece mais com uma montagem editada, que é influenciada fortemente pelas experiências prévias do sujeito. [...] Os aspectos originais das situações vivenciadas fazem parte das lembranças, mas também fazemos ajustes para tornar estas memórias coerentes com o modelo internalizado de expectativas sobre nós mesmos e sobre o mundo. Este processo de ajuste ocorre através da seleção do que lembramos, do que esquecemos e da adição de novas informações.

Sobre a conservação da memória, Bosi (1992, p. 28) comenta que “É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são a condição de possibilidade do tempo reversível.

Outra maneira de resguardar a memória de um povo, uma cidade é através da História Oral. No entendimento de Portelli (1997, p. 16), a História Oral liga o esforço de construir padrões e modelos à atenção, às variações e transgressões

individuais reais. Desse modo, a História Oral tende a “representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos”.

O objetivo deste artigo é demonstrar que a imagem pode ser um instrumento valioso na reconstrução da memória dos indivíduos, possibilitando, posteriormente, a criação de um documento que recupere uma parcela da memória social de um povo.

### A fotografia: história e considerações

A fotografia não é um invento recente, pois vem desde os primórdios da humanidade. Manguel (2001) nos conta que foi Plínio, o Velho, que nos legou a história acerca do surgimento da mesma. Para este último, a arte de reproduzir figuras de pessoas começou com os desenhos do contorno da sombra humana. Para Plínio, que escreveu em meados do século I, o trigésimo quinto volume da sua História Natural, tudo principiou quando uma jovem apaixonada por um estrangeiro desenhou o contorno da sombra do rosto do seu amado em uma parede. Solicitou, então, ao seu pai que preenchesse as linhas com argila, produzindo uma imagem do rapaz.

A humanidade evoluiu, usou a arte dos pintores e escultores para eternizar a figura humana em suas diferentes fases: infância, mocidade, velhice, no decorrer dos anos. Muitos anos depois de Plínio, em Paris, os irmãos Claude e Joseph Nicéphore Niepce criaram uma prensa litográfica de ar quente, movida a motor, que lhes possibilitou produzir imagens fidedignas da realidade, que tinham as tonalidades invertidas, ou seja, o preto em lugar do branco (MANGUEL, 2001).

A invenção não estacionou aí. Depois de alguns anos, Louis Jacques Mandé Daguerre aprimorou a invenção dos Niepce e a sua proeza foi muito bem sucedida: a nova técnica – o daguerreótipo – ficou universalmente popular e sua patente foi comprada pelo governo francês em 1839 (MANGUEL, 2001).

Desse modo, a fotografia, num curto espaço de tempo, conquistou a sociedade, colaborando com as mais variadas imagens: o rosto dos parentes na nossa infância, o nosso casamento, o nascimento do primeiro filho, a primeira comunhão, a passagem pela escola, a formatura, o primeiro emprego, a morte, as guerras, as viagens etc. (OLIVEIRA, 2008).

Lacerda (1993) assevera que há distintas variáveis relacionadas à informação contida numa imagem fotográfica, que, sendo analisadas pelo profissional que prepara tais arquivos ou pelos usuários, podem oferecer uma compreensão mais profunda da fotografia como fonte de informação ou fonte de estudo para a história.

Oliveira (2008, p. 29) pergunta o que é uma informação numa imagem fotográfica. E responde que “existe uma gama de possibilidades informativas numa fotografia”. Já Lacerda (1993, p. 41-42) adverte para o fato de que “algumas são comumente aceitas pelos profissionais e instituições de arquivo, bibliotecas e museus como as mais importantes a serem destacadas”. Tais categorias de informação são apreciadas como modelo para a descrição de imagens: código do documento, autor, título ou legenda, local, data, descrição física do documento e notas.

Como transmissora de uma mensagem, a fotografia pode e deve ser considerada como um texto (OLIVEIRA, 2008, p. 29). Para Mauad (2004, p. 22-25) “os textos visuais, inclusive a fotografia, são resultados de um jogo de expressão e conteúdo que envolve, necessariamente, três componentes: o autor, o texto, propriamente dito, e um leitor”.

O primeiro, o autor, é aquele que produz as fotografias, e não faz diferença se é um profissional autônomo, um fotógrafo de imprensa, um fotógrafo oficial ou simplesmente um amador.

O texto é a imagem em si, sendo que o controle das técnicas fotográficas é variável, conforme os objetivos estabelecidos para a obtenção da imagem pretendida: o que desejo transmitir com essa imagem?

O leitor é o que vê e interpreta a imagem, competindo-lhe saber que “uma fotografia é uma fotografia, ou seja, o suporte material de uma imagem” (MAUAD, 2004, p. 24).

O significado de uma imagem pode modificar de acordo com a compreensão do espectador e se dá a partir de regras culturais, que asseguram que a leitura da imagem não se limite a um indivíduo, mas pertença à coletividade.

Sobre a compreensão da imagem fotográfica pelo leitor/destinatário, Mauad (2004, p. 24) afirma que:

é dada em dois níveis, a saber:

- Nível interno à superfície do texto visual, originado a partir das estruturas espaciais que constituem tal texto, de caráter não verbal;
- Nível externo à superfície do texto visual, originado a partir de aproximações e inferências com outros textos da mesma época, inclusive de natureza verbal. Neste nível, podem-se descobrir temas conhecidos e inferir informações implícitas.

No que se refere à leitura da fotografia, Mauad (2004, p. 24) esclarece, ainda, que “existem regras de leitura de textos visuais que são compartilhados pela comunidade de leitores”. Tais regras não nascem espontaneamente, na verdade, são resultados produzidos pela cultura.

Sobre a fotografia como um produto social, Bourdieu (1979, p. 15) faz o seguinte questionamento: “a prática da fotografia e a significação da imagem fotográfica podem e devem proporcionar material para a Sociologia?” Ele mesmo a responde, afirmando que esta ciência supõe, por sua própria existência, a superação da oposição fictícia que subjetivistas e objetivistas fazem brotar arbitrariamente. Se a Sociologia como ciência objetiva é admissível, é porque há relações exteriores, necessárias, independentes das vontades individuais e inconscientes (no sentido de que não se entregam à mera reflexão) que só podem ser obtidas por meio da observação e da experimentação objetivas. Para esse autor, uma Antropologia total deve ter seu ápice na análise do processo, segundo o qual a objetividade se enraíza na experiência subjetiva, englobando-a, no momento da objetividade e baseando-se em uma teoria de exteriorização da interioridade e na interiorização da exterioridade.

Nessa linha de pensamento, Bourdieu (1979) elegeu estudar as diferenças de classe, partindo da observação da prática da fotografia e da frequência a museus, por entender que estas atividades são propícias para tal investigação. Para ele, o que um grupo social avalia como digno de ser fotografado revela o que este grupo considera digno de ser solenizado. Os objetos, lugares e personagens escolhidos, as ocasiões para fotografar manifestam o modo pelo qual cada setor se diferencia dos outros. Ele verificou que a frequência aos museus se amplia à medida que se sobe de nível econômico e escolar; que as probabilidades de acesso e de êxito na escola crescem de acordo com a posição da classe que se ocupa e as condições recebidas da formação familiar. E classifica como estranho o fato de a fotografia alcançar tanta aceitação, pois não há promoção pela escola, não há a obtenção de lucros rápidos e não é seguida pelo prestígio cultural que a frequência a museus ou a criação artística imaginam. Há um sistema bem codificado de normas que determinam quais objetos são considerados fotografáveis, as ocasiões e os lugares que devem ser retratados, as composições das imagens.

O autor supracitado afirma também que a prática fotográfica é típica dos setores médios, e que só é possível porque requer certo poder econômico, sendo necessária para comprovar a visita a centros turísticos e a lugares de lazer.

Já na concepção de Oliveira (2008), a fotografia é um prazer que pertence a diversas classes sociais, passando pela elite, classe média e atingindo às camadas mais pobres, apesar de não ser plenamente popular, porquanto necessita de investimentos que não estão ao alcance de todos. Fotografar sugere a posse de uma máquina fotográfica ou poder aquisitivo para contratar os serviços de um profissional, além dos gastos com filmes, revelações, ampliações etc. Na atualidade, vive-se um momento privilegiado com o advento das moderníssimas máquinas digitais e dos telefones celulares, que, embora ainda um pouco caros, têm a vantagem de dispensar gastos com filmes e revelações. Apesar disso, a fotografia pode fazer com que a classe média tenha vantagens em relação às classes menos favorecidas, pois se fizermos uma pesquisa podemos constatar que os passeios de classe média, em geral, são fotografados e, ao nos contar que foram a este ou àquele lugar, fatal e ordinariamente os indivíduos desta classe tiram de seus pertences um álbum fotográfico ou um CD como indício de que aquilo que afirmam realmente aconteceu. Poderemos, assim, extasiar-nos vendo as fotografias, ou ainda sentar à frente da televisão ou do computador e nos deliciar com as imagens produzidas, fazer perguntas, comentar um ou outro episódio.

Trentim (1998) considera que a ideia da fotografia como descrição e manifestação da mesma coisa seja o apoio para uma espécie de interpretação da realidade. Além de serem registros visuais de assuntos ou temas, as fotografias são ainda efeitos visuais daquilo que significam. O autor relata que são dois os critérios que orientam o registro da fotografia documental: a) a busca da objetividade, sempre vinculada ao nível da informação desejada; b) a proposição de enunciados claros sobre temas situados no tempo e no espaço. Esses critérios, além de constituírem

fundamento para a abordagem dos temas, também orientam as técnicas da tomada fotográfica no que diz respeito a enquadramento, composição, luz, cor e utilização do equipamento.

Oliveira (2008, p. 33) questiona: O que vemos quando nos deparamos com uma fotografia? Um recorte, um quadro, um pedaço da realidade? Pozenato (1998, p. 179) faz referência ao fato de que a invenção da fotografia suscitou muitas mudanças e a que lhe parece mais evidente e que alterou o nosso próprio modo de ver foi esta: “A fotografia nos ensinou a ver o mundo recortado em quadros, quadros circunscritos pela câmera, e não como um contínuo limitado apenas pelo horizonte. O olhar disperso torna-se um olhar concentrado no recorte”.

A fotografia, contudo, apesar de ter sido uma invenção fantástica, capaz de colaborar até mesmo com investigações policiais, revelando mistérios, sofre com críticas em relação à veracidade dos fatos que expõe. Nishikawa (2005) alerta para o fato de que alguns estudiosos como Ivan Gaskell, Ciro Flamarion Cardoso, Boris Kossoy e outros principiaram a questionar a visão de fotografia como imagem congelada no tempo.

As fotografias têm elementos que questionam sua expressão máxima da realidade oferecida. Primeiramente, por se tratar de um recorte da realidade, sua dimensão visual abrevia a escala de observação. Não vemos todo o cenário no qual a fotografia foi tirada. No momento do clique, há uma escolha, a eleição de um elemento (o foco), preterindo todos os outros elementos. Em segundo lugar, há a visão do fotógrafo, que é aquele que escolhe determinado objeto em detrimento de outros. O que o leva a escolher um objeto e não outro faz parte de uma bagagem: sua cultura, sua formação, seus gostos, o trabalho sob encomenda, a sociedade em que vive (OLIVEIRA, 2008).

Se focalizarmos os trabalhos científicos gerados em nossas universidades, verificaremos que poucos são os que usam a fotografia como tema de projetos. Normalmente, a fotografia é só um detalhe, um elemento de ilustração. Recuero (2005) faz uma relação entre o conhecimento visual, a fotografia e o seu emprego em trabalhos científicos.

O autor afirma que, se anteriormente, a fotografia ilustrava galerias, informava em jornais e divulgava o consumível, agora procura no seio da ciência o lugar que lhe foi reservado: “Não ser arte, mas conter a arte. Não ser realidade, mas conter a realidade. Não ser ciência, mas mostrar a ciência” (RECUERO, 2005, p. 1869).

O autor acima citado observa o fato de que a imagem fotográfica após mais de um século e meio de invenção, apenas conquistou simples espaços de pouca importância em produções científicas. Continuando seu raciocínio, adverte para o fato de que qualquer pesquisador elabora o trabalho científico fundamentado na observação e que, na utilização da fotografia, o fenômeno pode ser recortado no momento da observação. O fragmento fotográfico é o próprio fenômeno, ou ainda uma cópia fiel. A mecânica do corte fotográfico suscitaria uma ruptura na realidade, recortando-a e a copiando, copiando não somente a imagem, mas também o fenômeno fotografado.

A fotografia possibilita, pois, quando observada, ver o fenômeno registrado: “Ele fica gravado, deixa de ser mais uma descrição feita por palavras e escritos. É uma imagem completa com a sua visualização” (RECUERO, 2005, p. 1870). Porém, a utilização da fotografia em trabalhos científicos não é uma tarefa simples. Ela precisa do estabelecimento de normas e maneiras de obtenção, que, segundo Recuero, procurem dotar as imagens de um valor científico, que esquematizem uma norma de

leitura e que tentem formar um uso apropriado não só como ilustrações de pesquisa, mas como parte da pesquisa com o mesmo valor da textualidade signíca da escrita.

## A Memória

Sobre o ato de recordar, assim nos fala Oliveira (2008):

Rememorar é algo que praticamos durante toda a vida e até nos causa certo prazer. Quem não sente saudades do cheiro da comida da mãe quando era criança ou não se lembra das travessuras que praticou na infância e adolescência? Melhor ainda quando essas lembranças foram registradas através de fotografias. Cada vez que as olhamos, parece que temos sensações diferentes, mais lembranças vão aflorando, mais detalhes são percebidos. Como foi que eu pude cortar o meu cabelo desse jeito? Que roupa é essa? Onde estará esse amigo que há tanto tempo não vejo?

Quanto ao estudo da memória social, esta é vista por Le Goff (1994) como um dos principais meios de abordar os problemas do tempo e da história, no que diz respeito ao retraimento da memória ou à sua transbordação. Esse autor divide seu estudo sobre a memória nos seguintes itens: 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita; 2) o desenvolvimento da memória da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade; 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; 5) os desenvolvimentos atuais da memória.

Como se pode perceber, é impossível pensar em memória sem pensar em tempo. Quando tentamos recordar algum acontecimento, inevitavelmente teremos que situá-lo na dobradinha tempo/espaço. Esse tempo, contudo, é experimentado na

vivência em comunidade; os espaços recordados são espaços culturais. A esse respeito, vejamos o que diz Barreto (2007, p. 164):

A memória trabalha sobre o tempo, porém sobre o tempo experienciado pela cultura. Nela, o tempo passado é reconstruído e revivenciado, o que traz um efeito restaurador, uma voz que permite a resignificação do sentido existencial, atualizando conteúdos experimentados. A memória costura, tece o passado no presente, compondo tramas e enlaçando-se em novas possibilidades existenciais.

Todavia, será que todas as nossas memórias são verdadeiras? Será que passamos por tudo aquilo que vem à nossa memória? Ou será que nossa imaginação colabora com nossa vivência, fazendo-nos pensar que algo aconteceu quando na verdade apenas pensamos que ocorreu?

Callegaro (2007, p. 37) assevera que há pesquisas que indicam que a lembrança que temos do passado não se trata de uma reconstrução literal dos eventos, mas uma construção influenciada por expectativas e crenças do sujeito e pelas informações do presente. Este enfoque do funcionamento da memória leva a um fenômeno chamado “implantes da memória” ou “falsas memórias” ou, em outras palavras, a recordação de uma experiência que nunca ocorreu.

Esse autor afirma que os psicólogos costumam dividir a memória em três operações básicas, a saber: codificação, armazenamento e recuperação. E comenta cada uma delas: “A codificação é a transformação de uma entrada (*input*) sensorial em uma representação da memória. O armazenamento refere-se à manutenção deste registro, e a recuperação é a operação que dá acesso à informação arquivada” (p. 37).

Tais operações aparentemente ocorrem sequencialmente, mas, na verdade, são processos independentes que se influenciam reciprocamente. O autor supracitado

cita o psicólogo britânico Frederic Bartlett (1886-1969) como um dos primeiros a esclarecer estes mecanismos na primeira metade do século XX. Bartlett teria pedido aos sujeitos de um estudo para lerem, em inglês, a tradução de uma lenda chamada “A Guerra dos Fantasmas”. Percebeu, então, que os sujeitos recontavam a história conforme seu aprendizado cultural, distorcendo a evocação de forma que ficasse mais inteligível. O trabalho de Bartlett e de outros pesquisadores na mesma linha de investigação levou à revelação de um fato importante:

A recuperação de uma lembrança não é literal e fidedigna como se fosse um filme. Na realidade, parece mais com uma montagem editada, que é influenciada fortemente pelas experiências prévias do sujeito. [...] Os aspectos originais das situações vivenciadas fazem parte das lembranças, mas também fazemos ajustes para tornar estas memórias coerentes com o modelo internalizado de expectativas sobre nós mesmos e sobre o mundo. Este processo de ajuste ocorre através da seleção do que lembramos, do que esquecemos e da adição de novas informações (CALLEGARO, 2007, p. 38).

A essa memória construída por nós, de acordo com nossas vivências, chamamos de memória construtiva. Callegaro (2007, p. 39-40) afirma que um exemplo interessante deste modelo é a situação de “falsas memórias” relatada por Jean Piaget, psicólogo suíço, em sua autobiografia. Outro exemplo é o de um fato ocorrido nos EUA e relatado por Loftus (1997, apud Callegaro, 2007, p. 40):

Em 1992, um conselheiro de igreja no estado do Missouri, nos EUA, ajudou sua paciente Beth Rutherford, na época com 22 anos, a se lembrar, durante a terapia, que seu pai, um clérigo, violentou-a regularmente entre a idade de sete a quatorze anos, e que sua mãe, às vezes, teria colaborado, segurando-a durante o estupro bárbaro. Lembrou-se também que seu pai a teria engravidado duas vezes, forçando-a a abortar sozinha, com uma

agulha de tricô. Durante a psicoterapia, estas “memórias reprimidas” foram estimuladas a vir à tona, e os fatos inaceitáveis e doloridos foram conscientizados, com o estímulo do terapeuta. O pai de Beth abdicou do posto que ocupava quando as acusações se tornaram públicas, e teve sua reputação e vida destruídas, passando a se fechar em casa para não ser agredido ou linchado. No entanto, exames médicos revelaram com segurança absoluta que ela simplesmente continuava virgem e que nunca tinha ficado grávida. Deste modo, ficou evidente que as memórias dos improváveis abusos foram involuntariamente implantadas durante a terapia. Em 1996, a família ganhou a ação movida contra o terapeuta e recebeu uma indenização de um milhão de dólares.

Podemos concluir, desse modo, que a reconstrução de uma lembrança nem sempre é fidedigna. Nossas lembranças são afetadas pelo conjunto de crenças preexistentes e por novas informações, estabelecendo-se uma lembrança ajustada para ser coerente.

Para Benjamin (1987, p. 222), tudo que se relaciona com a memória, tudo que já aconteceu é importante para a História e só uma humanidade redimida tem o poder de se apropriar do seu passado, ou seja: “somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido se transforma numa *citation à l'ordre du jour*<sup>2</sup>.”

Para Halbwachs (1990, p. 26), as nossas lembranças continuam coletivas e são lembradas pelos outros, mesmo quando se trata de acontecimentos vivenciados apenas por nós e com objetos que foram vistos somente por nós. “Isso acontece porque nunca estamos sós, em todos os lugares estamos rodeados de gente, temos conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”.

<sup>2</sup> Citação na ordem do dia.

Quando entrevistamos distintas pessoas sobre determinado evento, mesmo que se relacione a um passado distante, é normal que os depoimentos apresentem semelhanças, pontos comuns. Esse fato condiz com o pensamento de Halbwachs (1990, p. 34), que assevera a existência da precisão de que as memórias concordem entre si e tenham muitos pontos de contato para que a lembrança possa ser restaurada sobre um fundamento comum.

### História oral

Embora sejam muitos os princípios e normas arrolados por Portelli, achamos conveniente fazer um apanhado das normas e princípios éticos arrolados por Portelli (1997, p. 13-33) em sua Conferência “Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral”. Vejamos, então:

- Guardar autorizações para publicação;
- Guardar aprovação das transcrições e citações quando a opinião do entrevistador for contrária à das pessoas que entrevistou;
- Não usar o material de entrevista de forma que possa prejudicar a pessoa de quem o obteve;
- Não desagradar à pessoa entrevistada;
- Um acordo verbal tem valor idêntico ao de um contrato lavrado em cartório e constitui garantia suficiente para ambas as partes;
- Manter um compromisso com a honestidade, ou seja, manter o respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos;
- Manter uma busca pela verdade e a vontade de saber como as coisas são, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de como as coisas podem ser;
- Manter respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo;
- Como historiadores orais, nosso ato de ouvir se baseia na consciência de que todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência;

- Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras.

Embora sejam muitos os princípios e normas arrolados por Portelli, cremos que todos eles se resumem a um só: respeito. Se existir respeito em nossa entrevista, tanto pelo entrevistado quanto pelo assunto objeto de nossa investigação, os princípios éticos tão necessários ao trabalho científico serão mantidos. “O nosso mundo, nesta época de globalização, precisa que a ética esteja no topo de todas as relações humanas, principalmente no que diz respeito às investigações científicas tão necessárias ao desenvolvimento da humanidade como um todo” (OLIVEIRA, 2008, p. 49).

### Considerações Finais

A memória de uma comunidade pode ser reconstituída de diversas maneiras. A nosso dispor estão algumas ferramentas: a fotografia, a memória, a História Oral.

A fotografia pode ser considerada um texto a partir do momento em que sua visibilidade pode ser lida. O que? Quando? Onde? Como? podem ser perguntas que ajudem a desvendar os mistérios contidos naquele suporte de papel ou guardado num suporte eletrônico.

A memória pode ser evocada a qualquer momento por cada um de nós. E as pessoas podem contribuir para reavivar um fato, um evento, uma sensação. Pode-se recorrer a entrevistas, para através da História Oral, recontar a história de um povo.

As histórias de vida coletadas a partir das fotografias e evocação da memória podem se transformar num documento que recupere uma parcela da memória social de uma comunidade.

Valer-se da História Oral, aliada à utilização de fotografias para evocar lembranças e trazer à tona as memórias que ali jazem implícitas pode ser um exercício de cidadania. O mais importante de tudo é que a ética prevaleça e o respeito seja mantido.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. In: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n° 2, jul./dez.2007.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas**, v. 1, Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **La fotografia: un arte intermedio**. Trad. Turuna Mercado. México: Nueva Imagen, 1979.
- BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (Ensaio).
- BRAYNER, Natália Guerra; MAGALHÃES, Nancy Alessio. Impactos da história de Brasília na (re)criação de identidades e direitos de moradores da Vila Planalto. In: COSTA, Cléria B. et. all. (org.s) **Contar história, fazer História: história, cultura e memória**. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- CALLEGARO, Marco Montarroyos. Implantes de memória. In: **Psique: Ciência & Vida**. Ano I n° 7, Editora Escala, 2007.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. Editorial: A fotografia em perspectiva histórica. In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, n° 12, dez. 2005.

DUVIGNAUD, J. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice, **A memória coletiva**, p. 14, 1990.

GANDARA, Gercinair Silvério. Rio Parnaíba: velho monge entre a história e a imagem. In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, n° 12, dez. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 6, n° 12, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história – possibilidades de análise. In: ALVES, Nilda et al (org.s). **A leitura de imagens na pesquisa social: História, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

NISHIKAWA, Reinaldo. Retratos em preto e branco: uma discussão analítica sobre as fontes fotográficas para o historiador. In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 12, 2005.

ORTENSI, Maurício Luiz. **A história da fotografia**, 2005. Disponível em: <<http://www.ortensi.com/foto/histfotl.php>>. Acesso em 05/11/2016.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales Oliveira. **A fotografia como memória na vida dos candangos**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2008.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC - SP**, São Paulo, 1997.

POZENATO, José Clemente. A mudança do olhar: a fotografia como instrumento de resgate da memória cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 27, 1998.

RECUERO, Carlos Leonardo. O uso da imagem fotográfica em trabalhos científicos. In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, nº 12, dez. 2005.

TRENTIM, Ary Nicodemos. O registro fotográfico no projeto ECIRS: critérios e procedimentos básicos. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 27, 1998.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. A fotografia como instrumento de recuperação da memória. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, v. 21, mai./ago., p. 171-193, 2016.

**Recebido:** 30.10.2016 – **Aprovado:** 20.10.2016